



**FACULDADE DO FUTURO  
CURSO DE PSICOLOGIA**

**O PSICÓLOGO E SUA IMPORTÂNCIA NO PROCESSO DE INCLUSÃO DOS ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS NO CONTEXTO REGULAR DE ENSINO**

**THE PSYCHOLOGIST AND ITS IMPORTANCE IN THE PROCESS OF INCLUSION OF STUDENTS WITH SPECIAL EDUCATIONAL NEEDS IN THE REGULAR TEACHING CONTEXT**

**EL PSICÓLOGO Y SU IMPORTANCIA EN EL PROCESO DE INCLUSIÓN DE ESTUDIANTES CON NECESIDADES EDUCATIVAS ESPECIALES EN EL CONTEXTO DE LA EDUCACIÓN REGULAR**

**ELIANE VIANA DA SILVA  
ELIZETI APARECIDA LAGARES DE GOUVÊA  
KARINA BATISTA DE ALMEIDA**

**MANHUAÇU**

**2020**



**FACULDADE DO FUTURO - FAF**

**CURSO DE GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA**

**ELIANE VIANA DA SILVA  
ELIZETI APARECIDA LAGARES DE GOUVÊA  
KARINA BATISTA DE ALMEIDA**

**O PSICÓLOGO E SUA IMPORTÂNCIA NO PROCESSO DE INCLUSÃO DOS  
ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS NO CONTEXTO  
REGULAR DE ENSINO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado a Banca Examinadora do Curso de Graduação em Psicologia da Faculdade do Futuro, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Psicologia.

Orientador(a): Prof. Esp. Juliana Marcia da Fonseca Xavier

**MANHUAÇU**

2020

## **DEDICATÓRIA**

Dedicamos esse trabalho primeiramente a Deus, pela oportunidade que tem nos dados, e a todos os professores deste curso, que são muito importantes para a concretização desta etapa em nossa vida, e fundamentais para o desenvolvimento deste trabalho. Dedicamos também aos nossos colegas do curso, aos nossos familiares, e a todos que direta e indiretamente fizeram parte destes anos em nossa vida, nos incentivando a persistir no caminho.

## **AGRADECIMENTOS**

### **Eliane Viana da Silva**

Agradeço primeiro a Deus por me permitir trilhar mais este caminho, aos meus familiares e amigos; aos meus professores que durante este percurso foram grandes mentes na arte de ensinar. A nossa orientadora, Juliana Marcia Fonseca Xavier, por nos incentivar e orientar com tanto zelo e responsabilidade.

### **Elizeti Aparecida Lagares de Gouvêa**

Agradeço primeiramente a Deus, pois com Ele todas as coisas são possíveis. A Ele toda a honra, toda a glória e todo o louvor! Deixo um agradecimento especial a minha orientadora, Juliana Marcia Fonseca Xavier, pelo incentivo e por me manter motivada neste projeto de pesquisa.

E a todos os meus familiares, marido, professores, turismo Vandinho e Sirleia, e amigos que de alguma forma me apoiaram para que esse momento chegasse.

Agradeço em especial à Deus por ter me sustentado até aqui. A minha família por todo auxílio, por meus amigos que me ajudaram, e aos professores por terem transmitido todos os seus ensinamentos a nós.

### **Karina Batista de Almeida**

Agradeço em especial à Deus por ter me sustentado até aqui. A minha família por todo auxílio, por meus amigos que me ajudaram, e aos professores por terem transmitido todos os seus ensinamentos a nós.

**ELIANE VIANA DA SILVA  
ELIZETI APARECIDA LAGARES DE GOUVÊA  
KARINA BATISTA DE ALMEIDA**

**O PSICÓLOGO E SUA IMPORTÂNCIA NO PROCESSO DE INCLUSÃO DOS ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS NO CONTEXTO REGULAR DE ENSINO**

**THE PSYCHOLOGIST AND ITS IMPORTANCE IN THE PROCESS OF INCLUSION OF STUDENTS WITH SPECIAL EDUCATIONAL NEEDS IN THE REGULAR TEACHING CONTEXT**

**EL PSICÓLOGO Y SU IMPORTANCIA EN EL PROCESO DE INCLUSIÓN DE ESTUDIANTES CON NECESIDADES EDUCATIVAS ESPECIALES EN EL CONTEXTO DE LA EDUCACIÓN REGULAR**

Trabalho de conclusão de curso apresentado a Instituição de ensino Superior Faculdade do Futuro, como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em Psicologia. Submetida a aprovação da banca examinadora composta pelos seguintes membros:

---

Prof. Juliana Marcia da Fonseca Xavier  
Especialista em Terapia Cognitivo Comportamental

---

Examinadora: Carolina Barros Correa  
Psicóloga especialista em Gestão de Pessoas  
Mestranda em Gestão de Pessoas e relações interpessoais

---

Milene Coelho de Oliveira  
Prof. Esp. Em saúde mental

## RESUMO

Construir uma sociedade inclusiva não é fácil, por isso no que tange o contexto educacional, a psicologia é essencial neste processo, garantindo aos alunos com NEE a permanência, acolhimento, e acompanhamento nas escolas regulares, através de concepções históricas que efetivam a inclusão e, bases legais que garantem a estes alunos acesso e permanência neste contexto, considerando e respeitando os aspectos da diversidade humana. Portanto, este trabalho identifica desafios e possibilidades que existem no processo de inclusão escolar dos alunos com NEE, e mostra caminhos a serem percorridos para promover a inclusão deles, dentre eles a presença do psicólogo no contexto escolar.

**Palavras – chaves:** Escola, Inclusão, Necessidades Educativas Especiais, Psicologia.

## ABSTRACT

Building an inclusive society is not easy, as far as the educational context is concerned, psychology is fundamental in this process, ensuring that students with SEN remain, receive and follow regular schools, through historical concepts that repercussions on inclusion and founds legalities that guarantee the access and permanence of these students in this context, considering and respecting aspects of human diversity. Therefore, this work identifies rights and possibilities that exist in the process of school inclusion of students with SEN, and changes the way forward to promote their inclusion, among them the presence of the psychologist in the school context.

**Keywords:** School, Inclusion, Special Educational Needs, Psychology.

## RESUMEN

Construir una sociedad inclusiva no es fácil, por lo que en lo que respecta al contexto educativo, la psicología es fundamental en este proceso, asegurando que los estudiantes con NEE permanezcan, reciban y hagan seguimiento en las escuelas regulares, a través de concepciones históricas que repercutan en la inclusión y, bases legales que garanticen el acceso y permanencia de estos estudiantes en este contexto, considerando y respetando aspectos de la diversidad humana. Por tanto, este trabajo identifica retos y posibilidades que existen en el proceso de inclusión escolar de los estudiantes con NEE, y muestra caminos a seguir para promover su inclusión, entre ellos la presencia del psicólogo en el contexto escolar.

**Palabras clave:** Escuela, Inclusión, Necesidades Educativas Especiales, Psicología.

## SUMÁRIO

<b>LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS.....</b>	<b>08</b>
<b>1.INTRODUÇÃO .....</b>	<b>09</b>
<b>2 OBJETIVO GERAL.....</b>	<b>10</b>
<b>2.1 OBETIVO ESPECIFICO .....</b>	<b>11</b>
<b>3. JUSTIFICATIVA.....</b>	<b>11</b>
<b>4. HIPÓTESE.....</b>	<b>11</b>
<b>5. MÉTODO .....</b>	<b>12</b>
<b>6. RESULTADOS.....</b>	<b>13</b>
<b>7. DISCUSSÃO .....</b>	<b>14</b>
<b>7.1 Definindo Necessidades Educativas Especiais- NEE.....</b>	<b>14</b>
<b>7.2 A Psicologia e sua contribuição no processo de inclusão escolar dos alunos com Necessidades Educativas especiais.....</b>	<b>17</b>
<b>7.3 Atuações do psicólogo no contexto escolar inclusivo.....</b>	<b>20</b>
<b>7.4 O psicólogo e suas intervenções na educação inclusiva.....</b>	<b>22</b>
<b>7.5 Definindo Projeto Politico Pedagógico – PPP.....</b>	<b>23</b>
<b>8.CONCLUSÃO .....</b>	<b>26</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>27</b>

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

CFP	Conselho Federal de Psicologia
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
NEE	Necessidades Educacionais Especiais
PPP	Projeto Político Pedagógico

## 1 INTRODUÇÃO

Sabe-se que construir uma sociedade inclusiva não é algo muito fácil, sobretudo quando este ato exige não somente a igualdade dos direitos, mas determina um tratamento com igualdade para todos.

Nesse sentido, as políticas públicas e práticas que são ajustadas nos paradigmas da integração e segregação de forma histórica responsabiliza as próprias pessoas com necessidades educativas especiais no que se chama “fracasso escolar”, dando legitimidade a exclusão desta pessoa conforme o seu diagnóstico. Porém, existe há muito tempo a compreensão de que a deficiência baseada em uma perspectiva médica e clínica deu lugar a um modelo social, considerando os fatores que são externos ao sujeito, ou seja, as barreiras existentes no ambiente onde eles estão inseridos. Este conceito se fundamenta em uma abordagem inclusiva, que idealiza a educação enquanto um direito de todos, sem distinção. (MARTINS,2009)

Atualmente, tem crescido cada vez mais o clamor em prol de melhorias na qualidade da educação que o poder público oferece, especialmente em virtude das necessidades que a inclusão escolar tem. Pois, de acordo com a Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988) e as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/96 (BRASIL, 1996), a educação é direito de todas as pessoas, e aquelas que possuem necessidades educativas especiais devem ter um atendimento educativo, preferencialmente nas escolas regulares, ou seja, com a garantia do atendimento educacional especializado. (BRASIL, 1988) ; (BRASIL, 1996).

Sabe-se que as escolas públicas atendem diversos alunos que veem de um contexto vulnerável socialmente, devido as baixas condições socioeconômicas das famílias, e a falta de estrutura em virtude de fatores como drogas, desemprego, violência, enfim, na maioria das vezes são famílias que não possuem recursos financeiros suficientes para pagar um profissional, como o psicólogo, para fazer acolhimentos, avaliação psicológica do filho que possui necessidades educativas especiais, como um profissional considerado essencial para contribuir no processo educativo do aluno, e por isso o processo de inclusão é algo gradativo, dinâmico e que se transforma a todo momento, em virtude das necessidades de cada um e da situação que vivenciam. (MATISKEI, 2004)

Atualmente, em sua maioria, as escolas dispõem somente de um “pedagogo” (supervisor ou orientador) que tem a função de orientar aos professores sobre o planejamento, e a se preocupar com o rendimento escolar dos alunos, traçando metas que possam ser

alcançadas no processo de ensino e aprendizado. Desse modo, o pedagogo não tem condições de fazer as intervenções como um psicólogo tem, no contexto escolar.

Portanto, um dos maiores desafios da escola está no fato de atender aos alunos que possuem necessidades educativas especiais e distúrbios de comportamento, haja visto que cada escola deveria ter um profissional da psicologia para ajudar efetivamente no atendimento destes alunos, bem como nas relações entre os professores e alunos; entre famílias, gestão escolar, garantindo assim por meio dessa orientação uma melhor qualidade na educação. (MANTOAN,2004)

Existem muitas discussões sobre o processo de inclusão escolar no contexto regular de ensino dos alunos com necessidades educativas especiais, devido a grande demanda que acontece na era atual, em virtude das deficiências estarem aumentando a cada dia. E, justamente nesse aspecto, que tais discussões procuram incessantemente por uma educação de qualidade, onde o objetivo é o desenvolvimento do aluno, a sua preparação, formação intelectual para exercer a cidadania, e a sua inserção na vida em sociedade. Nesse sentido que as políticas educacionais tornam este processo de inclusão como uma obrigatoriedade do Estado. (BEYER, 2006)

De acordo com Matiskei (2004), o processo de inclusão educacional é dinâmico, gradativo, e tem passado por mudanças atualmente, por exigir do Poder Público respeito com as diferenças peculiares de cada aluno, bem como a responsabilidade com a oferta e a manutenção dos serviços necessários e apropriados para o atendimento destes alunos. A Declaração de Salamanca (1994), garante a importância de haver melhorias no acesso à educação para as pessoas que possuem necessidades especiais, através do envolvimento de representantes, organizações, governos, enfim, de parcerias que precisam efetivar para que este processo se consolide. (MATISKEI, 2004); (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994)

Portanto, o psicólogo é um profissional extremamente importante no processo de inclusão dos alunos com necessidades educativas especiais no contexto escolar de ensino, e por isso questiona-se como deve ocorrer a inserção deste profissional nas escolas e como ele contribui para promover um contexto inclusivo.

## **2. OBJETIVOS**

**Objetivo Geral:** O objetivo deste trabalho é compreender a importância do psicólogo no contexto regular de ensino para promover a inclusão dos alunos que possuem Necessidades Educativas Especiais (NEE).

**Objetivos Específicos:**

- Mostrar a importância do psicólogo no processo de inclusão de alunos com Necessidades Educativas Especiais no contexto regular de ensino;
- Descrever como tem ocorrido o processo de inclusão na escola da rede pública estadual, métodos, recursos humanos e materiais utilizados para sua efetivação.
- Mostrar quais são os desafios e as possibilidades que os professores, gestores, famílias e alunos enfrentam no processo de inclusão escolar de alunos com NEE.
- Apresentar intervenções do psicólogo no contexto escolar que contribuem para uma educação inclusiva e de qualidade.

**3. JUSTIFICATIVA**

Este trabalho se torna relevante por abordar o psicólogo como um profissional extremamente importante no processo de inclusão de alunos com Necessidades Educativas Especiais no contexto regular de ensino, pelo fato deste profissional ser um agente de mudanças neste contexto, que procura promover de forma reflexiva e consciente dentro da realidade da instituição, diagnosticar as situações para planejar ações, e intervir significativamente.

Assim, investigar a importância da atuação do psicólogo no contexto escolar inclusivo diante dos desafios e possibilidades na perspectiva de inclusão escolar de alunos com NEE, é essencial, pelo fato de ser um profissional capaz de intervir na escola para melhorar o atendimento e o acolhimento das necessidades que a inclusão escolar apresenta. Possui práticas embasadas na Psicologia que podem contribuir no processo de ensino e aprendizagem dos alunos.

**4. HIPÓTESE**

O psicólogo é um profissional extremamente importante para promover o processo e inclusão escolar no contexto regular de ensino dos alunos com Necessidades Educativas especiais, por ser um profissional dotado de conhecimento para realizar intervenções e acolhimento das necessidades.

## 5 MÉTODO

De acordo com Campos (2004), a metodologia se refere ao conjunto de princípios gerais norteadores e orientadores da conduta de um pesquisador. Por isso trata-se de um método, que é o planejamento e a estratégia utilizados para se atingir o resultado pressuposto cujo qual segue etapas para facilitar alcançar o objetivo que se almeja, garantindo assim que os conhecimentos adquiridos durante o processo de investigação sejam validados.

Rey (1998) apud Pinto (2004), diz que toda pesquisa científica precisa utilizar uma teoria de base e um método de procedimento, onde o método é o caminho que deve ser trilhado durante a investigação de algo real, consistindo na formulação de hipótese, coleta de informações, integração de ideias e de práticas que possibilitam a construção do conhecimento, e assim descrever e explicar os fenômenos abordados na pesquisa.

A Psicologia, como ciência humana, de grande complexidade, sofre influências histórico-culturais tanto internas (do próprio indivíduo) como externas (do meio social e da cultura) que interferem na visão do pesquisador e na construção da pesquisa. (PINTO, 2004, p.73).

Sendo assim, a Psicologia faz uso de uma metodologia investigativa, onde o pesquisador é aquele que constrói as informações, e através de testes, entrevistas, questionários, enfim de formas para interagir no contexto onde deseja idealizar a pesquisa. Por isso, a pesquisa qualitativa se refere a uma pesquisa-ação, uma vez que a ação se constrói, interpreta e investiga de forma simultânea a produção das informações, baseando em referenciais teóricos. (PINTO, 2004).

Conforme Sanches e Minayo (1993), o conhecimento científico acontece quando se articula a teoria e a realidade, por meio do método, que conforme os autores é o fio condutor neste processo. Este trabalho traz uma abordagem descritiva e explicativa, por se tratar de uma pesquisa de cunho bibliográfico, e por isso se desenvolve conforme o conceito de pesquisa bibliográfica determinado por (Thomas, Nelson, Silverman, 2008), assegurando que a pesquisa bibliográfica, se refere a uma visão ampla dos achados importantes, destacando a evolução do conhecimento, e resumindo e apresentando o que de fato é relevante a respeito do tema abordado. Somado a esta ferramenta metodológica, optou-se pela observação do Projeto Político Pedagógico das escolas- PPP; pelo estudo e interpretação da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988) e as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/96 (BRASIL, 1996), no que se refere aos direitos das pessoas com deficiência no contexto regular de ensino.

## 6. RESULTADOS

Comprova-se com este trabalho que o processo de inclusão escolar não é uma tarefa fácil, em virtude de ser um grande desafio para os docentes, gestores, famílias e alunos com necessidades educativas especiais. Então, por meio da análise do tema em questão e do estudo realizado, constatou-se a necessidade da presença do psicólogo no contexto de ensino regular para a promoção da inclusão de alunos com necessidades educativas especiais, porque o processo de ensino aprendizagem neste contexto tem que se pautar no acolhimento das necessidades, no ato de reconhecer as diferenças e as limitações de cada aluno, procurando meios para superar todos os paradigmas preconceituosos e discriminatórios, para atender as necessidades educativas dos alunos especiais.

Tendo em vista este trabalho trazer um referencial teórico, descritivo e explicativo, e por ser uma pesquisa de cunho bibliográfico, foi desenvolvido com base nos estudos dos artigos apresentados abaixo nesta tabela, com material bibliográfico encontrado.

<b>Artigo</b>	<b>Ano de publicação</b>	<b>Revista</b>
Necessidades especiais e a inclusão escolar	2010	Revista Brasileira de Educação Especial
Educação inclusiva do aluno com necessidades especiais	2010	SINPRO
O psicólogo na escola: uma atuação necessária na perspectiva da inclusão escolar	2015	Educar em Revista
Psicologia Escolar e Educação Inclusiva: A Atuação Junto aos Professores	2018	Revista Brasileira de Educação Especial
Psicologia educacional: importância do psicólogo na escola	2016	Revista Psicologia
Educação inclusiva: avanços e desafios da inclusão na escola pública do município de Taubaté	2018	Revista Gestão Escolar
Educação para todos sob ótica da inclusão	2015	Revista da Educação Especial
A Legislação e a Educação Inclusiva	2010	Revista Brasileira de Educação
Educação Especial em uma perspectiva inclusiva: aspectos históricos	2017	Revista Eletrônica de Ciências

Psicologia na educação inclusiva: sentidos produzidos no trabalho em educação especial	2019	Revista Psicologia
--	------	--------------------

Autor, 2020

## **6.1 A Psicologia e sua contribuição no processo de inclusão escolar dos alunos com Necessidades Educativas especiais**

A Psicologia, é uma ciência que estuda o comportamento humano e os processos mentais, considerando em sua atuação a complexidade do seu objeto de estudo. Tem como base metodológica a utilização de meios para investigar a memória, o aprendizado, a motivação, a linguagem, a percepção, a inteligência e o comportamento social. De acordo com Oakland e Stemberg (1993), a Psicologia nasceu na Alemanha, em 1879, por Wilhelm Wundt que criou um laboratório para fazer experimentos na área da psicofisiologia.. Mas, de acordo com Patto (1984), os estudos a respeito da Psicologia escolar se desenvolveram mais intensamente a partir da metade do século XIX na Europa ocidental, por meio dos seus precursores, Francis Galton e Alfred Binet, considerados como pioneiros nessa área.

Francis Galton era um médico estudioso, e foi considerado o pai da eugenia, ele aplicava testes nas pessoas, por acreditar que algumas delas possuíam qualidades que poderiam ser repassadas geneticamente aos seus descendentes. Os seus estudos enfatizaram a herança mental e as diferenças individuais. E, Alfred Binet, um psicólogo francês, foi quem desenvolveu o primeiro teste de inteligência que mede o quociente intelectual (QI), atendendo assim o governo do país, para que as crianças pudessem ser avaliadas nas suas habilidades no âmbito verbal e lógico, dedicando assim a estudar a aprendizagem. (BINET; SIMON, 1908)

Conforme salienta Souza (1992), no início do século XX enfatizou-se à avaliação psicológica individual de crianças e adolescentes que eram suspeitas de possuírem deficiência mental, física ou moral. Assim, as clínicas e serviços começaram a desenvolver um trabalho mais amplo sobre as problemáticas educativas, a fim de atender as crianças em idade escolar.

De acordo com Antunes (2008), estudiosa da História da Psicologia no Brasil, a história da Psicologia escolar pode ser identificada desde o tempo da colonização, quando as preocupações com a educação e a pedagogia traziam em sua base elaborações a respeito do fenômeno psicológico. Assim, as obras que foram produzidas nessa época, no âmbito filosófico, moral, educativo e da medicina, fazem a identificação de temas como a aprendizagem, a função da família, o desenvolvimento, a motivação, a função dos jogos, a

manipulação e o controle do comportamento, a formação da personalidade, a educação da mulher e dos indígenas, dentre outras.

As ideias psicológicas foram produzidas no século XIX, em articulação com a educação dentro de outras áreas de conhecimento, e no campo da pedagogia, as escolas normais que foram criadas a partir de 1830, de forma rudimentar e sistemática no que refere a criança e ao seu processo educacional, considerando os temas sobre a aprendizagem, o desenvolvimento, dentre outros (ANTUNES, 2008).

No final do século XIX, e início do século XX, aconteceram profundas mudanças na sociedade brasileira, tais como: o fortalecimento do pensamento liberal; a busca pela modernidade; a luta contra hegemonia do modelo agrário-exportador, em direção a um processo industrial, sendo um momento em que as escolas normais se tornaram um lugar essencial para a propagação das novas ideias, baseadas nos princípios escola novistas, formando assim novos professores e os encarregando de ensinar, além da produção de obras, e do início da preocupação com a produção dos conhecimentos através dos laboratórios de psicologia que estavam sendo inaugurados nesta época (ANTUNES, 2008) .

Foi nesta época, de acordo com a afirmação de Antunes (2008), que a Psicologia conseguiu alcançar a sua autonomia enquanto uma área específica do conhecimento no Brasil, deixando assim de ser produzida em outras áreas do saber, e sendo reconhecida como uma ciência autônoma, propiciando condições para que, por este meio, fosse possível chegar aos conhecimentos da Psicologia que eram produzidos na Europa e nos Estados Unidos.

De acordo com Patto (1984), o caminho da Psicologia em direção a Educação se divide em três períodos específicos, sendo eles:

- De 1906 a 1930, o período da 1ª república, cujo qual grande parte da população não possuía acesso à escola, foi quando a Psicologia se desenvolveu através de estudos em laboratórios, fazendo experimentação conforme a forma européia, por meio de uma prática bastante restrita.
- De 1930 a 1960, os campos de atuação da Psicologia foram desenvolvidos se tornando campos tradicionais da profissão, atuando de forma clínica e intervindo sobre a organização do trabalho, em virtude da necessidade de seleção daqueles que eram mais aptos. Neste período, os testes psicológicos eram utilizados para avaliar a prontidão escolar. Foi um período marcado pelo tecnicismo norte-americano.
- A partir de 1960, o psicólogo começou a ter uma maneira mais adaptacionista, ele era visto como o profissional que solucionava os problemas, de forma especial as questões que eram ligadas ao comportamento e ao aprendizado.

De acordo com Souza (1992), no dia 27 de agosto de 1962, foi regulamentada a Lei Federal nº. 4119, que tornou a Psicologia legalmente reconhecida como profissão, definindo assim o papel do psicólogo escolar. No entanto, a Psicologia se fortaleceu nas décadas 70 e 80, e sempre foi atendendo aos desafios da educação brasileira.

De acordo com Guzzo (1999), as tendências atuais da Psicologia brasileira se concebem enquanto uma especialidade que dá suporte para as instituições escolares quanto as questões do desenvolvimento humano, procurando formas de resolver os problemas e de propor estratégias interventivas. Assim, a intervenção da Psicologia nesse contexto contribui nos processos de ensino aprendizagem dos alunos que possuem necessidades educativas especiais, nas diferentes fases do seu desenvolvimento.

Martinez (2005), diz que o processo de inclusão escolar se tornou um dos temas mais discutidos na era atual no cenário educativo, não restando dúvidas sobre a necessidade de se para promover este processo de inclusão, respeitando as diferenças e garantindo aos alunos igualdade no contexto educacional.

Portanto, historicamente falando, nota-se que as relações entre a Psicologia e a Educação sempre objetivaram ajudar o aluno que apresenta dificuldade e que possui necessidade educativa, a fim de fazer com que ele possa aprender tendo as suas singularidades consideradas.

A LDB (1996), no que se refere aos profissionais da Educação, não alude a inserção do psicólogo no quadro de funcionários do Magistério, então como o psicólogo tem atuado na educação? No decorrer da história brasileira, quando surgiram os problemas de aprendizado dos alunos, o saber da Psicologia apareceu com força total, porém pouco se sabe a respeito dos caminhos que os psicólogos percorrem para serem inseridos na rede pública de ensino na era atual. (LDB ,1996).

Nesse sentido, se destaca o Projeto de Lei nº 3.688/2000, conhecido como PL Educação, que foi aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e de Cidadania (CCJC) da Câmara dos Deputados, no dia 07 de julho de 2015, que objetiva a inserção de psicólogos e assistentes sociais na rede pública de ensino no Brasil. Mas, somente com a aprovação do referido projeto pelos parlamentares do Plenário da Câmara, e a sanção do presidente, que o psicólogo será de fato inserido no contexto escolar, para poder contribuir significativamente com qualidade na educação ofertada no país.

## 7. DISCUSSÃO

### 7.1 Definindo Necessidades Educativas Especiais- NEE

A fim de compreender o processo de inclusão das pessoas com necessidades educativas especiais, torna-se necessário que a educação questione determinados paradigmas na comunidade escolar. Nesse sentido, entende-se que:

A educação inclusiva tem sido conceituada como um processo de educar conjuntamente de maneira incondicional, nas classes do ensino regular, alunos ditos normais com alunos deficientes ou não, que apresentam necessidades educativas especiais. A inclusão beneficia a todos, uma vez que sadios sentimentos de respeito à diferença, de cooperação e de solidariedade podem se desenvolver. (BRASIL, 1999, p.38).

As necessidades educativas especiais (NEEs) se referem não somente aos alunos com deficiências profundas, mas a todos que no decorrer da vida possam vir a necessitar de apoio. De acordo com Bueno (1999), tem que desvincular o aluno com necessidades educativas especiais do conceito de que ele tem uma doença permanente, ou seja, situando-o a uma realidade educativa onde as causas devem ser consideradas no ponto de vista interativo, e não orgânico, ou seja, não sendo deve ser centralizada exclusivamente nas suas deficiências, mas tem que considerar os recursos educacionais que são disponibilizados.

O contexto escolar inclusivo tem que considerar o aluno com necessidades educativas especiais como sendo mais um que necessita de respostas distintas por parte da escola, sem estabelecer as dificuldades deste aluno como algo definitivo, pois trata-se de uma situação que pode ser mudada conforme as condições e as oportunidades que são ofertadas a estes alunos, dentre elas o atendimento psicológico e as intervenções realizadas por este profissional. (RAPPAPORT, 1984)

Nesse tocante, os alunos que são considerados portadores de necessidades educativas especiais, conforme elucida (REIS, 1999, p.35) são os que apresentam as seguintes necessidades:

1. SÃO DECORRENTES DE DEFICIÊNCIA
  - 1.1- Atraso de desenvolvimento global: Quando se verifique em relação à idade, um atraso na maturação e aquisição das capacidades básicas no Domínio Psicomotor, expressão oral, intelectual, emocional/relacional. Esta categoria só se refere a crianças abaixo dos 6 anos de idade.
  - 1.2- Deficiência mental: - Quando se verifique um funcionamento intelectual geral significativamente abaixo da média. Devem excluir-se desta categoria cujo atraso mental seja devido a incapacidades visuais, auditivas e motoras.
  - 1.3- Deficiência visual: Quando se verifica um déficit de visão que ainda que corrigido, afeta a aprendizagem.
  - 1.4- Deficiência auditiva: Quando se verifica uma incapacidade total ou parcial e processar a informação lingüística através da audição.
  - 1.5- Deficiência motor: Quando se verifica um problema grave na motricidade provocado por lesões congênitas, doenças e outras causas traumáticas ou infecciosas.
  - 1.6- Problemas de comunicação: Refere-se a problemas de comunicação que afetam a aprendizagem de criança/aluno.
  - 1.7- Multideficiências: Quando a criança/aluno

apresenta sobre forma associada, mais do que um tipo de deficiência. 1.8- Doença crônica: - Quando a criança/aluno apresenta problemas crônicos e/ou graves de saúde que afetam significativamente a sua aprendizagem. 2. NÃO SÃO DECORRENTES DE DEFICIÊNCIA: 2.1- Distúrbio funcional: - Quando a criança/aluno apresenta um dos seguintes quadros: a) Imaturidade/desadaptação- Quando o aluno apresenta dificuldades significativas em comportar-se e/ou relacionar-se de acordo com o esperado para a sua idade cronológica, refletindo-se na sua aprendizagem. b) Hiperatividade - Quando a criança/aluno apresenta uma atividade motora exagerada, baixos níveis de concentração e atenção nas tarefas (especialmente as escolares), alto nível de impulsividade. c) Alteração de conduta - Quando o aluno apresenta comportamentos sistemáticos de agressividade e/ou de inadaptação às normas sociais. d) Alteração da personalidade - Quando o aluno apresenta alterações graves no seu comportamento, implicando, por vezes, uma perda da sua noção de identidade e do real. 2.2- Dificuldades específicas de aprendizagem: Quando se verificam problemas em um ou mais dos processos básicos implicados na compreensão ou utilização da linguagem falada ou escrita, resultando em incapacidades na compreensão auditiva, pensamento, fala, leitura, escrita, cálculo matemático e nos aspectos da aprendizagem escolar geral. Incluem-se nesta categoria os casos de alunos com problemas de percepção disfunção cerebral mínima, dislexia e afasia. Esta categoria só se refere a aluno acima dos 6 anos de idade. 2.3- Sobredotação: é considerada (o) criança/aluno sobredotada (o) ou talentosa(o), quando manifesta uma capacidade intelectual superior à média, apresentando desempenho com elevada potencialidade em qualquer dos seguintes aspectos, isolados ou combinados: aptidão académica específica; pensamento criador ou produtivo; talento especial para artes visuais, dramática e música; capacidade psicomotora; elevado nível motivacional; Capacidade de Liderança.

É extremamente importante ao se falar em necessidades educativas especiais, saber que a deficiência é antes de tudo, um produto social e cultural, e não uma incapacidade irreversível. Contudo, a pessoa é considerada com deficiência, a partir do momento que está sendo comparada com a maioria das pessoas, e apresenta diferenças significativas no aspecto físico, sensorial ou intelectual. Enquanto que, a pessoa que possui necessidades especiais apresenta deficiências físicas, sensoriais e cognitivas, mas neste conjunto necessita de auxílio educacional para o desenvolvimento de suas habilidades, a fim de diminuir as suas dificuldades. (REIS, 1999)

Conforme Reis (1999), o aluno que possui necessidades especiais é aquele que tem dificuldades de aprendizagem correspondentes à idade, ao seu desenvolvimento físico, e a maturidade, gerando insucessos no processo sistêmico dos conteúdos. Trata de um aluno que precisa de um complemento educacional adicional e diferenciado, objetivando o desenvolvimento e o aprendizado, considerando toda a sua potencialidade física, intelectual, estática, emocional, criativa, social e espiritual, e assim este indivíduo poder viver como um cidadão válido, ajustado e com autonomia. (REIS, 1999)

Portanto, ter necessidades educativas especiais, não quer dizer sempre que tem deficiência física ou intelectual, porque qualquer pessoa em um determinado momento da sua

vida pode vir a precisar de apoio suplementar para vencer barreiras que possam surgir no seu processo de aprendizado. (REIS, 1999)

Mantoan (2003) diz que para diferenciar as causas das necessidades educativas especiais, tem que primeiramente averiguar a natureza da necessidade, ou seja, se refere a algo esporádico ou permanente, e se estas necessidades são ligeiras, médias ou profundas. Pois quando uma pessoa nasce com deficiência, o comportamento das pessoas tende a mudar, e o ingresso dela no âmbito escolar se torna algo muito difícil para ela enfrentar, e justamente por isso se torna extremamente importante o ingresso desta criança o quanto antes na escola.

Nesse tocante, abordar a questão da deficiência se torna algo mais positivo no que se refere aos direitos humanos. E, o objetivo de auxiliar ou de rejeitar tem uma função essencial para a socialização do indivíduo, por isso não se pode ficar alimentando as dicotomias normal e anormal; mas superá-las a fim de avançar no processo de inclusão das pessoas com necessidades educativas especiais. (AMARANTE,2003)

O conceito de "pessoa deficiente" que é aceito internacionalmente, e aprovado pelo Council of Exceptional Children (CEC) no I Congresso Mundial referente ao futuro da educação especial, é:

A pessoa deficiente é aquela que se desvia da média ou da criança normal em: características mentais, aptidões sensoriais, características neuromusculares e corporais, comportamento emocional e social, aptidões de comunicação e múltiplas deficiências, até ao ponto de justificar e requerer a modificação das práticas educacionais ou a criação de serviços de educação especial no sentido de desenvolver ao máximo as suas capacidades.

Partindo deste conceito, tem que estruturar um critério que distinga as pessoas com deficiência das que não possuem deficiência; e as pessoas com dificuldades de aprendizagem com as que não possuem. A pessoa com dificuldades de aprendizagem não é considerada com deficiência. Portanto, se verifica na pessoa com dificuldades de aprendizagem um perfil motor apropriado, inteligência média, visão e audição adequada; tudo isso em conjunto com um ajustamento socioemocional. Assim, surge a necessidade de materializar o que é mais tendencioso na era atual para integrar a pessoa com deficiência, garantindo a ela condições iguais para realizar e aprender sócio culturalmente, independentemente das suas limitações, condições ou dificuldades que apresenta. (CLIMACO,2010)

Portanto, ter direito à igualdade de oportunidades educativas é o resultado de uma luta dos militantes dos direitos humanos, que vem a muito tempo. Luta esta que gerou muitas conquistas, entre elas a obrigatoriedade do Estado de garantir gratuitamente unidades de ensino para todas as crianças, tendo elas deficiência ou não. Assim, é imprescindível que haja

o planejamento e a estruturação de todas as ações que apontem para a inclusão da pessoa com necessidades especiais no contexto regular de ensino, respeitando assim os direitos dessas pessoas. (POLÍTICA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL, 1994)

## **7.2 A Psicologia e sua contribuição no processo de inclusão escolar dos alunos com Necessidades Educativas especiais**

A Psicologia, é uma ciência que estuda o comportamento humano e os processos mentais, considerando em sua atuação a complexidade do seu objeto de estudo. Tem como base metodológica a utilização de meios para investigar a memória, o aprendizado, a motivação, a linguagem, a percepção, a inteligência e o comportamento social. De acordo com Oakland e Stemberg (1993), a Psicologia nasceu na Alemanha, em 1879, por Wilhelm Wundt que criou um laboratório para fazer experimentos na área da psicofisiologia.

Mas, de acordo com Patto (1984), os estudos a respeito da Psicologia escolar se desenvolveram mais intensamente a partir da metade do século XIX na Europa ocidental, por meio dos seus precursores, Francis Galton e Alfred Binet, considerados como pioneiros nessa área.

Francis Galton era um médico estudioso, e foi considerado o pai da eugenia, ele aplicava testes nas pessoas, por acreditar que algumas delas possuíam qualidades que poderiam ser repassadas geneticamente aos seus descendentes. Os seus estudos enfatizaram a herança mental e as diferenças individuais. E, Alfred Binet, um psicólogo francês, foi quem desenvolveu o primeiro teste de inteligência que mede o quociente intelectual (QI), atendendo assim o governo do país, para que as crianças pudessem ser avaliadas nas suas habilidades no âmbito verbal e lógico, dedicando assim a estudar a aprendizagem. (BINET; SIMON, 1908)

Conforme salienta Souza (1992), no início do século XX enfatizou-se à avaliação psicológica individual de crianças e adolescentes que eram suspeitas de possuírem deficiência mental, física ou moral. Assim, as clínicas e serviços começaram a desenvolver um trabalho mais amplo sobre as problemáticas educativas, a fim de atender as crianças em idade escolar.

De acordo com Antunes (2008), estudiosa da História da Psicologia no Brasil, a história da Psicologia escolar pode ser identificada desde o tempo da colonização, quando as preocupações com a educação e a pedagogia traziam em sua base elaborações a respeito do fenômeno psicológico. Assim, as obras que foram produzidas nessa época, no âmbito filosófico, moral, educativo e da medicina, fazem a identificação de temas como a aprendizagem, a função da família, o desenvolvimento, a motivação, a função dos jogos, a

manipulação e o controle do comportamento, a formação da personalidade, a educação da mulher e dos indígenas, dentre outras.

As ideias psicológicas foram produzidas no século XIX, em articulação com a educação dentro de outras áreas de conhecimento, e no campo da pedagogia, as escolas normais que foram criadas a partir de 1830, de forma rudimentar e sistemática no que refere a criança e ao seu processo educacional, considerando os temas sobre a aprendizagem, o desenvolvimento, dentre outros (ANTUNES, 2008).

No final do século XIX, e início do século XX, aconteceram profundas mudanças na sociedade brasileira, tais como: o fortalecimento do pensamento liberal; a busca pela modernidade; a luta contra hegemonia do modelo agrário-exportador, em direção a um processo industrial, sendo um momento em que as escolas normais se tornaram um lugar essencial para a propagação das novas ideias, baseadas nos princípios escola novistas, formando assim novos professores e os encarregando de ensinar, além da produção de obras, e do início da preocupação com a produção dos conhecimentos através dos laboratórios de psicologia que estavam sendo inaugurados nesta época (ANTUNES, 2008) .

Foi nesta época, de acordo com a afirmação de Antunes (2008), que a Psicologia conseguiu alcançar a sua autonomia enquanto uma área específica do conhecimento no Brasil, deixando assim de ser produzida em outras áreas do saber, e sendo reconhecida como uma ciência autônoma, propiciando condições para que, por este meio, fosse possível chegar aos conhecimentos da Psicologia que eram produzidos na Europa e nos Estados Unidos.

De acordo com Patto (1984), o caminho da Psicologia em direção a Educação se divide em três períodos específicos, sendo eles:

- De 1906 a 1930, o período da 1ª república, cujo qual grande parte da população não possuía acesso à escola, foi quando a Psicologia se desenvolveu através de estudos em laboratórios, fazendo experimentação conforme a forma européia, por meio de uma prática bastante restrita.
- De 1930 a 1960, os campos de atuação da Psicologia foram desenvolvidos se tornando campos tradicionais da profissão, atuando de forma clínica e intervindo sobre a organização do trabalho, em virtude da necessidade de seleção daqueles que eram mais aptos. Neste período, os testes psicológicos eram utilizados para avaliar a prontidão escolar. Foi um período marcado pelo tecnicismo norte-americano.
- A partir de 1960, o psicólogo começou a ter uma maneira mais adaptacionista, ele era visto como o profissional que solucionava os problemas, de forma especial as questões que eram ligadas ao comportamento e ao aprendizado.

De acordo com Souza (1992), no dia 27 de agosto de 1962, foi regulamentada a Lei Federal nº. 4119, que tornou a Psicologia legalmente reconhecida como profissão, definindo assim o papel do psicólogo escolar. No entanto, a Psicologia se fortaleceu nas décadas 70 e 80, e sempre foi atendendo aos desafios da educação brasileira.

De acordo com Guzzo (1999), as tendências atuais da Psicologia brasileira se concebem enquanto uma especialidade que dá suporte para as instituições escolares quanto as questões do desenvolvimento humano, procurando formas de resolver os problemas e de propor estratégias interventivas. Assim, a intervenção da Psicologia nesse contexto contribui nos processos de ensino aprendizagem dos alunos que possuem necessidades educativas especiais, nas diferentes fases do seu desenvolvimento.

Martinez (2005), diz que o processo de inclusão escolar se tornou um dos temas mais discutidos na era atual no cenário educativo, não restando dúvidas sobre a necessidade de se para promover este processo de inclusão, respeitando as diferenças e garantindo aos alunos igualdade no contexto educacional.

Portanto, historicamente falando, nota-se que as relações entre a Psicologia e a Educação sempre objetivaram ajudar o aluno que apresenta dificuldade e que possui necessidade educativa, a fim de fazer com que ele possa aprender tendo as suas singularidades consideradas.

A LDB (1996), no que se refere aos profissionais da Educação, não alude a inserção do psicólogo no quadro de funcionários do Magistério, então como o psicólogo tem atuado na educação? No decorrer da história brasileira, quando surgiram os problemas de aprendizado dos alunos, o saber da Psicologia apareceu com força total, porém pouco se sabe a respeito dos caminhos que os psicólogos percorrem para serem inseridos na rede pública de ensino na era atual. (LDB ,1996).

Nesse sentido, se destaca o Projeto de Lei nº 3.688/2000, conhecido como PL Educação, que foi aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e de Cidadania (CCJC) da Câmara dos Deputados, no dia 07 de julho de 2015, que objetiva a inserção de psicólogos e assistentes sociais na rede pública de ensino no Brasil. Mas, somente com a aprovação do referido projeto pelos parlamentares do Plenário da Câmara, e a sanção do presidente, que o psicólogo será de fato inserido no contexto escolar, para poder contribuir significativamente com qualidade na educação ofertada no país.

### **7.3 Atuações do psicólogo no contexto escolar inclusivo**

De acordo com Vygotsky (1989), um dos grandes precursores da Psicologia, formulou uma teoria, que fundamenta o referido estudo, na finalidade de compreender a relação que existe entre o pensamento e a linguagem, a consciência e as emoções, o desenvolvimento e o aprendizado, proporcionando um entendimento maior sobre a função da escola, e a relevância da necessidade de ter um psicólogo atuando neste ambiente. (VYGOTSKY, 1989)

Conforme a referida teoria, a atuação do psicólogo no contexto escolar não trabalha de forma isolada as queixas do aluno para a sua inclusão na rede regular de ensino, mas conhecendo as singularidades deste aluno e o contexto onde ele se encontra inserido, considerando a sua história, a relação família-escola, a situação familiar, as questões pertinentes ao projeto político pedagógico, e a parceria que precisa haver entre docentes e gestores no processo de inclusão dos alunos com NEE.

A função do psicólogo escolar não é a resolução de problemas, nem a simples divulgação de teorias e conhecimentos psicológicos, mas de acordo com suas limitações, auxiliar a escola a eliminar os obstáculos que se colocam entre os sujeitos e o conhecimento (MEIRA & ANTUNES, 2003, p.128)

É de suma importância compreender a atuação do psicólogo na perspectiva de inclusão escolar na atualidade, devido as necessidades que existem no contexto escolar. No Brasil, o processo de inclusão escolar tem sido alvo de muitos debates educativos e políticos, pois estão procurando melhorias de acesso e atendimento para os alunos com NEE.

De acordo com Rappaport (1984), a atuação do psicólogo na escola se torna importante por desenvolver um olhar crítico do processo educativo no que cerne a realidade brasileira, com os problemas que existem. Assim, esse profissional pode contribuir amplamente na melhoria da qualidade na educação, pois possibilita a construção de uma educação significativa para o desenvolvimento do indivíduo.

Os alunos com NEE, necessitam de acolhimento e atendimento de um profissional que seja capaz de fazer intervenções baseadas na Psicologia, e por isso a necessidade deste profissional ser um psicólogo, que realiza uma avaliação psicológica desses alunos para contribuir na ampliação das práticas educativas, de acordo com as singularidades de cada aluno. (ANDRADA, 2005).

Assim, o psicólogo na escola tem que priorizar a compreensão do aprendizado como um processo complexo cujo qual respeita a individualidade da subjetividade humana, além de ter que aplicar seus conhecimentos de forma cooperativa com os gestores e docentes, no planejamento e no desenvolvimento do projeto político pedagógico; auxiliar os professores na elaboração do planejamento das atividades escolares diante das dificuldades dos alunos;

realizar palestras com as famílias e com a comunidade escolar, no anseio de ter uma educação de qualidade para todos (ANDRADA, 2005).

Salienta-se que a diversidade e a complexidade que existem entre os fatores biológicos e psicológicos no atendimento dos alunos com NEE, esclarecem a importância da atuação do psicólogo para que de que fato o processo de inclusão destes alunos no contexto regular se efetive.

“O psicólogo precisa criar um espaço para escutar as demandas da escola e pensar maneiras de lidar com situações que são cotidianas. Precisa criar formas de reflexão dentro da escola, com todos os sujeitos (alunos, professores, especialistas) para que se possa trabalhar com suas relações e paradigmas” (ANDRADA, 2005, p. 196).

Desse modo, as habilidades do psicólogo e os seus conhecimentos sobre o processo de inclusão dos alunos com necessidades especiais, e o desenvolvimento de programas de ensino e de orientação as famílias, aos docentes e aos demais especialistas envolvidos neste processo, são elementos importantes que beneficiam os projetos educacionais e favorecem uma educação para todos (MARTÍNEZ, 2005.)

De acordo com Marinho-Araújo & Almeida (2008), o psicólogo precisa conhecer a realidade da escola para poder atuar de forma significativa neste ambiente, pois assim ele consegue identificar os problemas presentes neste contexto, e cria a partir deles estratégias interventivas que contribuem para o desenvolvimento de competências e habilidades da comunidade escolar, e na superação de entraves e desafios que existem.

O psicólogo pode atuar também como um mecanismo de suporte para os professores e gestores, de forma colaborativa para que processo de ensino e aprendizado possa ser desenvolvido de acordo com as necessidades dos alunos. De acordo com Andrada (2005, p.198), dentre as tarefas pertinentes ao psicólogo, que são descritas pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP) na Resolução nº. 014/00, salienta-se as possíveis atuações deste profissional no contexto escolar:

O psicólogo deve aplicar conhecimentos psicológicos na escola, concernentes ao processo ensino-aprendizagem, em análises e intervenções psicopedagógicas; referentes ao desenvolvimento humano, às relações interpessoais e à integração família-comunidade-escola, para promover o desenvolvimento integral do ser; analisar as relações entre os diversos segmentos do sistema de ensino e sua repercussão no processo de ensino para auxiliar na elaboração de procedimentos educacionais capazes de atender às necessidades individuais.

Corroborando Antunes (2008), a Psicologia contribui de forma significativa com a educação e com as práticas pedagógicas, uma vez que compreende os fatores existentes no processo educacional por meio de mediações teóricas, relacionando teoria e prática pedagógica no dia a dia escolar; de forma que o aluno possa ser compreendido em sua

totalidade, e nas suas condições concretas de vida necessária, para que se possa construir neste contexto uma prática pedagógica inclusiva, capaz de atender todas as necessidades que existem.

Khoury (1984) fala sobre a realidade do Brasil neste aspecto, aludindo que o psicólogo precisa ser capaz de assumir o compromisso no sentido social e ético, baseado em princípios significativos capazes de contribuir na formação do cidadão inserido no contexto escolar regular, e que por meio de uma reflexão crítica, se esforça e colabora por uma educação mais justa, igualitária e saudável para transformar as prisões ideológicas que existem na sociedade brasileira.

Portanto, a atuação do psicólogo nas escolas é algo essencial e significativo quando se considera as bases metodológicas e os instrumentos de investigação que ele tem e que devem ser aplicados para favorecer o aprendizado dos alunos com NEE.

### **7.3 O psicólogo e suas intervenções na educação inclusiva**

A Resolução nº 13/2007, do Conselho Federal de Psicologia (CFP, 2007, p.18), “diz que o psicólogo pode nas escolas realizar diagnósticos, pesquisas, intervenções preventiva ou corretiva em grupo ou de forma individual. Este profissional em sua atuação na escola envolve todos os segmentos do sistema educativo que são partes do processo de ensino e aprendizado”. (CFP, 2007)

Desse modo, o referido conselho determina que o psicólogo escolar deve considerar as características e singularidades do currículo, do material didático, das normas da instituição, do corpo discente e dos demais elementos do sistema.

Nesse sentido, o psicólogo precisa trabalhar em colaboração com os gestores e a comunidade escolar, realizando pesquisa de satisfação, clima organizacional, treinamento de gestores e colaboradores no sentido geral; por meio de assessoria na elaboração dos currículos pedagógicos que atendam as necessidades dos alunos que possuem necessidades educacionais especiais, usando os conhecimentos da psicologia, especialmente as teorias do desenvolvimento e aprendizagem; e para a realização do planejamento estratégico.

Conforme Mitjans (2005), a intervenção do psicólogo no contexto escolar favorece a educação inclusiva, por ser um profissional que desenvolve ações capazes de contribuir com o planejamento, e na aplicação do processo de ensino e aprendizagem, respeitando a individualidade e a subjetividade humana. Por isso ele precisa pautar suas ações em

consonância com as necessidades da comunidade escolar, compreendendo às peculiaridades de cada aluno, com um olhar significativo em prol dos alunos com NEE.

Um campo de atuação do psicólogo (e eventualmente de produção científica) caracterizado pela utilização da Psicologia no contexto escolar, com o objetivo de contribuir para otimizar o processo educativo, entendido este como complexo processo de transmissão cultural e de espaço de desenvolvimento da subjetividade (MITJÁNS, 2003b, p.107).

Assim, o psicólogo escolar pode fazer avaliações psicológicas e testes para verificar o nível de dificuldade do aluno, favorecendo assim o método de ensino aprendizagem que o professor precisa aplicar para a construção do conhecimento, bem como fazer o acolhimento das necessidades no ato da matrícula, por meio de práticas executadas com as famílias; através de grupos cooperativos que discutem diversos temas, conforme a necessidade. Também, por meio de palestras, constituindo r um elo entre a escola e a família; a família, a escola e a comunidade, ou seja, onde se acolhem as necessidades e criam um lugar de orientação e preparo (RAPPAPORT, 1984).

Conforme Almeida (1999), o psicólogo tem que articular a teoria e a prática; realizar no contexto escolar diagnósticos e propor a execução de um plano de ação; encarar a prática como pesquisa e produção do saber; procurar aprimorar-se constantemente e a desenvolver atividades que podem transformar a sociedade; e por fim gerar condições para que a educação seja de qualidade para todos.

## **7.4 Definindo Projeto Político Pedagógico – PPP**

O Projeto Político Pedagógico - PPP é um instrumento importante para direcionar as ações das atividades no ambiente escolar. Segundo Ferreira (2009, p. 1), “fazer o PPP implica planejamento de todas as atividades no âmbito escolar, execução das ações previstas, avaliação do processo e retomada. Isso somente é possível se instituída a prática do registro e da reflexão sobre ele”.

De acordo com Moura (2001, p. 27), o projeto orienta as ações educativas a partir de objetivos educacionais, pois “ele contém os elementos que definem a condição humana: possui metas, define ações, elege instrumentos e estabelece critérios que permitirão avaliar o grau de sucesso alcançado na atividade educativa”.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN, Lei nº 9394/96, atualizada em 2017, em seu artigo 12, inciso I, define que “os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de elaborar e executar sua proposta pedagógica”. Diante disso, está previsto por essa lei um compromisso,

com autonomia, para que a escola organize e construa o seu Projeto Político Pedagógico (PPP).

Conforme analisa Lopes (2011, p.1), as próprias palavras definem o seu conteúdo:

É projeto porque reúne propostas de ação concreta a executar durante determinado período de tempo; É político por considerar a escola como um espaço de formação de cidadãos conscientes, responsáveis e críticos, que atuarão individual e coletivamente na sociedade, modificando os rumos que ela vai seguir; É pedagógico porque define e organiza as atividades e os projetos educativos necessários ao processo de ensino e aprendizagem. (LOPES, 2011, p.1).

A instituição escolar, na construção do seu PPP, precisa considerar diversos aspectos significativos para que esse documento expresse seu objetivo como instituição educativa no século XXI. Conforme Veiga (2004), o projeto é uma espécie de um guia político-pedagógico que expressa o sentido e a intencionalidade das ações a serem desenvolvidas pelos sujeitos envolvidos.

O projeto busca um rumo, uma direção. É uma ação intencional, com um sentido explícito, com um compromisso definido coletivamente. Por isso, todo projeto pedagógico da escola é, também, um projeto político por estar intimamente articulado ao compromisso sociopolítico com os interesses reais e coletivos da população majoritária. É político no sentido de compromisso com a formação do cidadão para um tipo de sociedade. Na dimensão pedagógica reside à possibilidade da efetivação da intencionalidade da escola, que é a formação do cidadão participativo, responsável, compromissado, crítico e criativo. Pedagógico, no sentido de definir as ações educativas e as características necessárias às escolas de cumprirem seus propósitos e sua intencionalidade (VEIGA, 2004, p.13).

Para Veiga (2011b), o PPP deve definir a responsabilidade de cada grupo de atores na escola (gestores, docentes, funcionários, alunos, pais ou responsáveis pelos alunos, colaboradores voluntários). O documento precisa ter a participação coletiva não só na execução, mas principalmente na discussão, no planejamento, na elaboração, e no processo de avaliação.

Os atores escolares devem se sentir como autores, envolvendo-se efetivamente no processo, como sendo parte do próprio ator. Para Azevedo (1998, p. 311) o “projeto administrativo-pedagógico” deve ser regido de forma democrática pela direção da instituição, “juntamente com o Conselho Escolar, formado por pais, alunos, professores e funcionários”.

A participação precisa ocorrer não de forma cooperativa, mas sim colaborativa. Pois, entende-se, de acordo com Wiersema (2000), que colaborar é diferente de cooperar. Para o autor a cooperação é uma técnica que possibilita a realização de um trabalho de forma mais rápida e eficiente, permitindo a cada indivíduo participar como parte do trabalho. No que condiz a colaboração, todos os sujeitos são envolvidos na resolução conjunta de um problema,

demandando assim, na mais das vezes, um tempo maior. O trabalho colaborativo permite ainda atingir níveis mais elevados de pensamento e planejamento, do que se os atores trabalhassem individualmente. Alia-se ainda o fato de que, ao participar de forma colaborativa, os sujeitos se sentem mais comprometidos com cada etapa do trabalho, pois contribuindo para a sua construção se sentem mais co-responsáveis pela execução do planejado. (WIERSEMA ,2000)

Cada vez mais evidente que os modelos de gestão centralizada e burocrática não mais atendem às demandas do contexto sócio-político atual quando se pretende pensar numa perspectiva democratizante e participativa.

Partindo do pressuposto que a escola pode ser um espaço privilegiado e adequado para o desenvolvimento da cultura de participação, nem sempre tal instituição tem se apresentado como *locus* que potencializa o caráter coletivo. Os estudos de Maia e Costa (2011, p.35), constataram que na maioria das vezes, “a logística escolar não colabora para a construção do trabalho coletivo nas escolas”, dificultando, mas não impedindo o trabalho colaborativo. Em vista disso, propõe-se essa reflexão sobre a importância de cada um desses atores, como envolvê-los, garantindo tempo/espaço para sua efetiva participação, em cada uma das etapas essenciais para a construção de um PPP.

Mas, também existe de acordo com a resolução e com o PPP a necessidade de investir na questão de recursos humanos, assim como supracitado, nos docentes, na contratação de um psicólogo, que precisam ser habilitados e capacitados para atenderem as demandas dos alunos portadores de necessidades especiais. Desse modo, de acordo com o Decreto N° 7.611, de 17 de novembro de 2011, em seu artigo, declara:

Art. 2º A educação especial deve garantir os serviços de apoio especializado voltado a eliminar as barreiras que possam obstruir o processo de escolarização de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. § 2º O atendimento educacional especializado deve integrar a proposta pedagógica da escola, envolver a participação da família para garantir pleno acesso e participação dos estudantes, atender às necessidades específicas das pessoas público-alvo da educação especial, e ser realizado em articulação com as demais políticas públicas. (BRASIL, 2011)

O projeto político pedagógico, faz uma análise se realmente as escolas estão atendendo aqueles princípios que são essenciais da educação inclusiva, e ainda, se estão fazendo o planejamento por meio dele de ações que possam atender às necessidades dos alunos que possuem deficiências.

## 8. CONCLUSÃO

Este estudo teve como proposta mostrar a importância do psicólogo no contexto escolar regular diante dos desafios e entraves que existem no processo de inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais, se pautando em princípios legais que regulamentam a educação, como a Resolução CNE/CEB nº4/2009, Art. 3º e 4º, que conceitua a educação especial como uma modalidade de ensino transversal nos diferentes níveis, modalidades e etapas, devendo disponibilizar recursos e serviços para a realização do Atendimento Especializado.

Assim para que o processo de inclusão escolar das pessoas com necessidades educacionais especiais aconteça, necessitam de alguns ajustes que devem ser feitos por meio de mais investimentos nas escolas, para a aquisição de material didático; de recursos tecnológicos, capacitação dos docentes e da equipe escolar; contratação de um profissional da psicologia para atuar neste contexto, tendo em vista ser aquele que detém de conhecimentos e técnicas, embasados na Psicologia, que é algo essencial no processo de inclusão escolar.

Contudo, o psicólogo no processo de inclusão das pessoas com necessidades especiais educacionais no contexto escolar regular, apesar de ser algo comprovado como essencial, tem passado por muitas dificuldades, uma vez que não existe ainda regulamentação legal que determina a presença deste profissional nas escolas.

Portanto, falar em uma proposta de inclusão escolar significa pensar em uma possibilidade de rever as práticas escolares segregadoras, que excluem, que cercam a sociedade. Devendo a psicologia participar ativamente nesse processo, por meio de acolhimento, intervenções, orientações, buscando um ambiente escolar igualitário e inclusivo.

Contudo, ser psicólogo escolar no Brasil significa ter conhecimento das necessidades psicológicas de todas as pessoas que estão envolvidas neste processo, independentemente da classe social que ocupa, das capacidades físicas ou mentais que possuem, se estar em situação de risco ou abstratas, ou seja, significa por meio de um olhar mais humanizado defender os direitos que estas pessoas possuem de um atendimento das suas necessidades, promovendo assim o desenvolvimento pleno sem discriminação e intolerância.

## REFERÊNCIAS

ANDRADA, Edla Grisard Caldeira de. **Novos paradigmas na prática do psicólogo escolar.** *Psicol. Reflex. Crit.* [online]. 2005, vol.18, n.2, pp. 196-199. Disponível em: Acesso em 04 out de 2020.

ANACHE, A. A. **O psicólogo escolar e o processo de escolarização de pessoas com deficiência intelectual.** In: MARINHO-ARAÚJO, C. M. Psicologia escolar: novos cenários e contextos de pesquisa, formação e prática. Campinas-SP: Editora Alínea, 2009.

Antunes, M. A. M. **A psicologia no Brasil: leitura histórica de sua constituição.** São Paulo, EDUC e Ed. Unimarco, 2003.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. Artigo 205.

\_\_\_\_\_. Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], Brasília, DF, v. 134, n. 248, 23 dez. 1996. Seção 1, p. 27834-27841.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica.** Parecer CEB/CNE 17/2001, homologação publicada no DOU 17/08/2001, Seção 1, p. 46. Resolução CNE/CEB 02/2001, publicada no DOU 14/09/2001. Disponível em < [http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB017\\_2001.pdf](http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB017_2001.pdf)>. Acesso em 08 de set. 2020.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP) **RESOLUÇÃO CFP 013/2007. Institui a Consolidação das Resoluções relativas ao Título Profissional de Especialista em Psicologia e dispõe sobre normas e procedimentos para seu registro CFP. 2007.** Disponível em Acesso em 10 de set. 2020.

GADOTTI, Moacir. **O Projeto Político da Escola na perspectiva de uma educação para a cidadania.** 2000. Disponível em: [http://sistemas.virtual.udesc.br/html/planos/avaiacao\\_especiais/texto\\_planejamento.pdf](http://sistemas.virtual.udesc.br/html/planos/avaiacao_especiais/texto_planejamento.pdf).

GUZZO. RSL. **Formando psicólogos escolares no Brasil, dificuldades e perspectivas.** In: Wechsler SM, org. Psicologia escolar: pesquisa, formação e prática. Campinas: Alínea; 2001. p.75-91. 50

\_\_\_\_\_. **Novo paradigma para a formação a atuação do psicólogo escolar no cenário educacional brasileiro.** Em R.S.L.Guzzo (Org.) Psicologia Escolar: LDB e educação hoje (pp.131-144). Campinas, S.P.: Alínea,1999.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003. (Col. Cotidiano Escolar)

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **A Integração de pessoas com deficiência: contribuições para uma reflexão sobre o tema.** São Paulo: Memnon, 2004.

MARINHO-ARAÚJO, C. M., & ALMEIDA, S. F. C. de. (2008). **Psicologia Escolar: construção e consolidação da identidade profissional** (2a ed.). Campinas, SP: Alínea

MARTINEZ, Albertina Mitjans (Org.), **Psicologia Escolar e compromisso social. Psicologia escolar e compromisso social,** 2005.p.95-114.

MATISKEI, Angelina Carmela Romão Mattar. **Políticas públicas de inclusão educacional: desafios e perspectivas.** Educar em Revista, núm. 23, 2004, p196, Universidade Federal do

Paraná. Brasil. Disponível em< <http://www.scielo.br/pdf/er/n23/n23a12.pdf>> Acesso em 20 de set .2020

MEIRA, M. E. M, & Antunes, M. A. (Orgs.). (2003). **Psicologia escolar: teorias críticas**. São Paulo: Casa do Psicólogo. pág.128

\_\_\_\_\_, Ministério da Justiça. Declaração de Salamanca e Linhas de Ações sobre necessidades Educacionais Especiais. Brasília: CORDE, 1994.

MOURA, Manuel O. de A. **Atividade de ensino como ação formadora**. In: CASTRO, A. D.; CARVALHO, A. M. P. de. (Orgs.). *Ensinar a ensinar: didática para a escola fundamental e média*. São Paulo: Pioneira Tompson Learning, 2001, p. 143 -162.

OAKLAND, T. & STEMBERG, A. (1993). **Psicologia escolar: uma visão internacional**. PATTO, M.H.S. **Psicologia e Ideologia: uma introdução crítica à Psicologia Escolar**. São Paulo: T.A. Queiroz.,1984.

RAPPAPORT, Clara Regina. **Temas Básicos de Psicologia**. In: KHOURI, Yvonne G. (Org.) *Psicologia Escolar*. São Paulo: EPU, 1984

SOUZA, M.C. (1992). *Psicologia escolar no Brasil*, Vertentes, Assis,(2): 93-105 MACIEL, Diva Albuquerque & RAPOSO, Mirian Barbosa Tavares. **Metodologia e construção do conhecimento: contribuições para o estudo da inclusão**, Módulo V. UAB – UNB, Brasília 2010.

VYGOTSKY, Lev S. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores**. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

